

Diretoria Executiva Nacional

Bráulio Cerqueira - Presidente

Daniel Lara - Vice-Presidente

Rudinei Marques - Secretário Executivo

Arivaldo Sampaio - Diretor de Finanças

Frederico Carlos Janz - Diretor de Assuntos Jurídicos

Elaine Niehues Faustino - Diretora de Filiados

Roberto Kodama - Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

Antonio José da Silva, José Dário Martins, Rosana Valéria Gonçalves. (Suplentes: Fani Leite da Silva, Laura Márcia de Souza Lima Safi.)

Conselho de Ética Nacional

Adriano de Queiroz Almeida, Gilberto Pereira Lopes, Rogério Honorato Torres (Suplente: Cristovalto Alves Rocha)

Delegados Sindicais do DF

Controle Interno: Corinto Silveira Santos – Zeles de Oliveira Flor – Valério Victorino – Roberta Guerra Holder Belfort Campos – José Marcos dos Santos – Cristiano Sampaio Brígido

Finanças Públicas: Manoel Messias de Jesus – Luiz Alberto Marques Vieira Filho – Jeová Quintino Filho – Josélia de Fatima Silva Santos – Júlio Domingues Zenckner Possas – Luciana de Almeida Toldo Suplente: Rossini Albernaz Neto

Delegados Sindicais nos Estados

Edilson Rodrigues Vidal – AC, Marcos Antônio Calixto - AL, Rafael de Oliveira Novo – AM, Adelson Vilhena Neves – AP, Filipe Leão Marques – BA, Antônio Edilberto Araújo Barreto – CE, Wander Francisco Coelho de Freitas - ES, Jaci Fernandes Sobrinho – GO, Armando Gonçalves Mendes De Carvalho – MA, João Colaço dos Santos – MG, Volney Nery de Mello – MS, Leandro da Cruz Alves - MT, Rodrigo Bender Moreira – PA, Maria Esmeralda Rodrigues – PB, Abelardo Jorge Lessa Lopes – PE, Ducleine Vieira dos Santos – PI, Adalto Erdmann de Almeida -PR, Alcides Sales Coelho – RJ, Ana Maria Balthar Pinto Machado – RJ, Jonas Alves dos Reis – RN, Valério Jordão Barbosa - RO, Celso Duarte de Sousa Junior – RR, Carlos Renato Correa Leite – RS, Mario Célio da Silva – SC, Luis Joacy Barreto de Matos – SE, Roberto Quintela Fortes – SP.

Expediente

Produção: Invicta Comunicação

Arte e Diagramação: Lucivam Queiroz

Fotos: Mariana Sousa, Lucivam Queiroz e acervo Fonacate.

Tiragem: 3.150 exemplares

EDITORIAL

A assinatura do acordo para a concessão do reajuste remuneratório encerra uma primeira etapa exitosa da recém-instalada Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) entre o governo e as entidades representativas dos servidores do Executivo federal. Firmado no dia 24 de março, o acordo representa um importante marco da retomada dos diálogos entre as partes, após anos de injustificável hiato.

Apesar da celeridade nas tratativas e no encaminhamento do tema na mesa de negociação, a busca pelo reajuste deste ano começou ainda à época da campanha eleitoral, com a apresentação do pleito para os então postulantes ao Planalto. A atuação em 2022 se deu também no Congresso Nacional, nos diálogos com o relator do Orçamento 2023 e outras lideranças das duas Casas Legislativas, de modo a garantir o espaço fiscal necessário para o presente exercício.

Já no âmbito da MNNP, o Unacon Sindical, em conjunto com as demais entidades do funcionalismo, se dedicou a demonstrar que havia espaço para a melhoria do índice de reajuste linear inicialmente aventado - 6%, conforme concedido para carreiras do Legislativo e Judiciário, neste exercício de 2023 - e da primeira oferta do governo à Mesa - 7,8%.

Além da recomposição de 9% para ativos, aposentados e pensionistas (respeitando o princípio da paridade), o termo firmado garante o reajuste de R\$ 200 no auxílio-alimentação e medidas de caráter não pecuniário, como a revisão de regras antissindicais e o compromisso de empenho para o arquivamento da PEC 32/2020, da reforma administrativa.

Em relação ao reajuste, os esforços se concentram agora na aprovação célere dos dispositivos legais necessários à sua efetivação, visando produzir efeitos na folha de maio (pagamento em 1º de junho).

Vencida esta etapa, o Sindicato buscará a inauguração da Mesa Setorial para discutir demandas específicas da carreira de Finanças e Controle, como a correção das assimetrias salariais com carreiras correlatas, a reposição do quadro funcional, o nível superior para os Técnicos e uma política de superação das perdas remuneratórias acumuladas.

Ainda em março, visando a efetivação dos termos, o MGI encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PLN) que altera o Orçamento de 2023 para comportar o reajuste de 9% dos salários e proventos. Também foi publicada a Portaria que atualiza os valores do auxílio-alimentação, a partir de maio.

Diretoria Executiva Nacional



ACORDO SALARIAL

Negociação garante elevação de percentual de reajuste para 9%

Remunerações reajustadas serão pagas a partir de junho. Termo de Acordo, celebrado com o MGI, prevê atualização do auxílio-alimentação e instalação das Mesas Setoriais

O congelamento salarial, imposto nos últimos quatro anos, é uma página virada na história do serviço público federal. A partir de maio, os Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle terão os salários e proventos reajustados em 9%. As novas tabelas produzirão efeito financeiro a partir de junho. Também foi corrigido o auxílio-alimentação, que passa a ser de R\$ 658. Estes são os termos do acordo firmado entre o Unacon Sindical e



o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), no dia 24 de março, após a negociação emergencial.

Além das questões pecuniárias, o governo se comprometeu a atuar para a retirada da Proposta de Emenda à Constituição 32/2020 da pauta do Congresso Nacional, a revisar as Instruções Normativas nº 2/2018 e nº 54/2021, que limitam a participação de servidores em atividades sindicais, e a retomar as Mesas Setoriais.

“A assinatura desse acordo é um marco nas relações de trabalho no serviço público federal. Depois de sete anos sem negociação formal, em tempo recorde, o retorno do diálogo produziu efeitos concretos na melhoria de vida dos servidores”, avalia o presidente Bráulio Cerqueira, que destaca as contribuições do Unacon Sindical nesse processo: “tecnicamente, produzindo informação qualificada, politicamente, atuando nos Fóruns de servidores e nos debates com o governo, e na comunicação com a sociedade”.

O simbolismo também é ressaltado pelo secretário executivo do Sindicato, Rudinei Marques. “Marca a retomada do diálogo com o serviço público brasileiro, a retomada da civilidade nas relações do trabalho”, comemora.

O acordo foi celebrado em cerimônia com a participação da ministra do MGI, Esther Dweck, da ministra da Saúde, Nísia Trindade, e do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

“É o acordo possível, diante da disponibilidade de recursos, que já estava prevista na Lei Orçamentária Anual”, afirmou o secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do MGI, Sérgio Mendonça, durante o evento do dia 24 de março.

A ministra Esther prometeu empenho para buscar a aprovação célere dos projetos de lei necessários para adequação do Orçamento e atualização das tabelas remuneratórias, e sinalizou avanço em outras pautas, como a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (veja mais na página 13).

Negociação

A negociação salarial começou oficialmente no dia 7 de fevereiro com a reinstalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente no âmbito do MGI. Além da ministra Esther, participaram da agenda os ministros Fernando Haddad, da



“

O objetivo aqui é tirar a granada do bolso de vocês.”

FERNANDO
HADDAD

Ministro da
Fazenda

Fazenda, Simone Tebet, do Planejamento, Rui Costa, da Casa Civil, Luiz Marinho, do Trabalho, Carlos Lupi, da Previdência, Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência, e Camilo Santana, da Educação.

“Acho que o significado dessa solenidade diz muito para todos nós. Eu sou servidor público estadual, sou professor da Universidade de São Paulo e sei o que é ficar anos sem nenhum tipo de atendimento e sem nenhum tipo de consideração. Pior do que isso, é ser demonizado por aqueles que deveriam estar cuidando da sociedade e cuidando daqueles que cuidam da sociedade. Então, o objetivo aqui é tirar a granada do bolso de vocês”, afirmou Haddad.

Representando as carreiras de Estado, na condição de presidente do Fonacate, Rudinei Marques apresentou o pleito conjunto. “Nossa pauta é: revogação imediata das políticas antissindicaais; cumprimento dos termos não honrados em acordos salariais anteriores; a recomposição das capacidades estatais; o fortalecimento das organizações sindicais, que são vocacionadas a defender a democracia; equiparação dos benefícios em todos os Poderes; e reajuste salarial imediato”, elencou.

A partir dos itens listados e da urgência sinalizada pelas entidades, foram realizadas três rodadas de negociação. A primeira, dia 16 de fevereiro, terminou com o compromisso de apresentação de uma proposta em 24 horas. “Só nos últimos quatro anos, a inflação corroeu 30% do poder de compra dos servidores públicos federais. Precisamos encaminhar essa questão de forma célere, com efeitos imediatos, e frear esse aviltamento das remunerações. A partir daí, poderemos discutir, para 2024, 2025 e 2026, uma proposta que aponte não apenas a recuperação das perdas, mas para um projeto mais amplo de resgate do serviço público e de desenvolvimento do país”, afirmou Cerqueira, durante a reunião.

Tendo em vista o pedido de urgência, o governo encaminhou naquele mesmo dia uma proposta de 7,8% de reajuste, com efeitos em abril, e de correção do auxílio-alimentação. Ambas as atualizações teriam como fonte a previsão orçamentária de R\$ 11,2 bilhões, garantida em articulação no Con-

gresso Nacional, durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). “Atuamos junto ao relator, senador Marcelo Castro (MDB-PI), para garantir espaço fiscal para o reajuste dos servidores do Executivo”, lembra o presidente Sindicato, ao pontuar que, àquela altura, o percentual de referência era 6%, mesmo índice destinado ao reajuste dos servidores do Judiciário e do Legislativo em 2023.

De volta à negociação, o Sindicato respondeu à primeira oferta do governo, no dia 24 de fevereiro, com uma contraproposta de 13,5%. “A proposta pode ser aperfeiçoada, pode avançar. Esse é nosso entendimento”, afirmou Bráulio Cerqueira na ocasião.

No dia 28 de fevereiro, diante da ausência de uma nova proposta do governo, a pressão aumentou. “Esperamos que o governo busque outras fontes para custear a atualização do auxílio-alimentação e faça um esforço um pouco maior em relação ao percentual de reajuste dos salários, para que a gente consiga avançar para dois dígitos”, ressaltou Marques.

A terceira e última rodada de negociação, no dia 10 de março, foi marcada pelo debate acalorado, após a primeira contraproposta do governo, de 8,4%, frustrar a expectativa dos servidores. “Dava para ir além. Nós, no Fonacate e no Fonasefe, sabíamos disso. Nossos cálculos mostravam que havia espaço para elevar o percentual. Tínhamos razão, tanto assim que o governo chegou aos 9%”, relembra o presidente do Sindicato.



Formalizada pelo governo, a proposta de 9%, com efeitos em junho, foi aprovada pelos servidores da carreira de Finanças e Controle, com 94% dos votos, em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 16 de março.

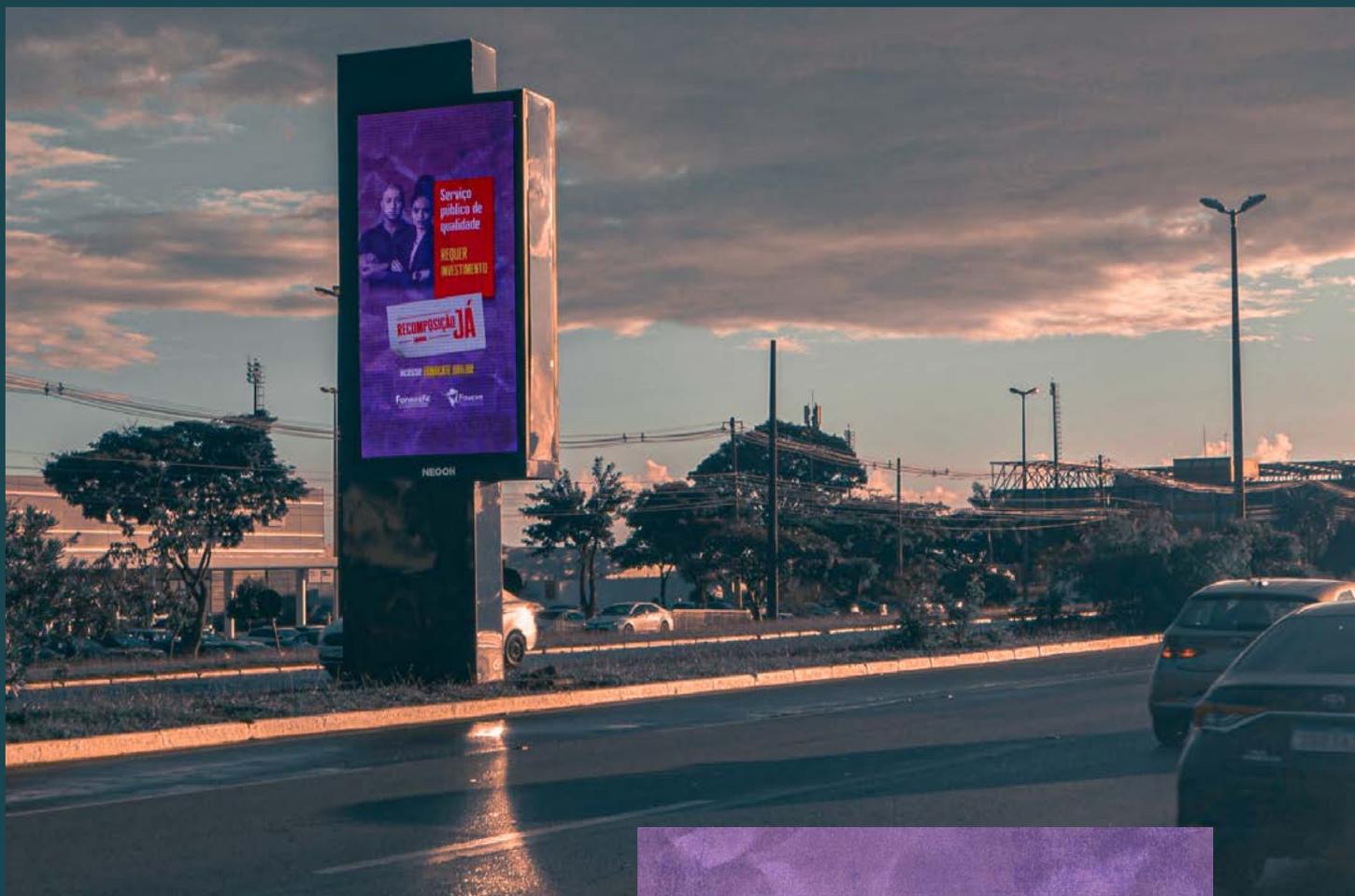
Termo de acordo é assinado pelo Unacon Sindical

Próximos passos

Com o termo de acordo homologado, o governo atuará, agora, no Parlamento, para garantir a aprovação das alterações legislativas necessárias à implementação do reajuste. O Unacon Sindical acompanhará a tramitação de perto.

À frente, o trabalho para encaminhamento de questões prioritárias para a carreira (veja mais na página 10). “Garantido o reajuste emergencial, as Mesas Setoriais serão retomadas, para onde levaremos a pauta de valorização da carreira de Finanças e Controle, já encaminhada ao Tesouro Nacional e à Controladoria-Geral da União”, conclui Bráulio Cerqueira.

Relembre os principais fatos da Campanha Salarial 2023 na linha do tempo a seguir. ■



Campanha Salarial 2023

Lançada no dia 31 de janeiro, a Campanha Salarial de 2023 foi marcada pela mobilização do conjunto de servidores públicos e atuação intensa do Sindicato. Além do debate no âmbito do MGI, foram realizados atos públicos, ações de mobilização virtual e inserções de mídia (rádio e outdoors), com o objetivo de dar visibilidade ao pleito dos servidores federais.

Serviço público de qualidade
REQUER INVESTIMENTO

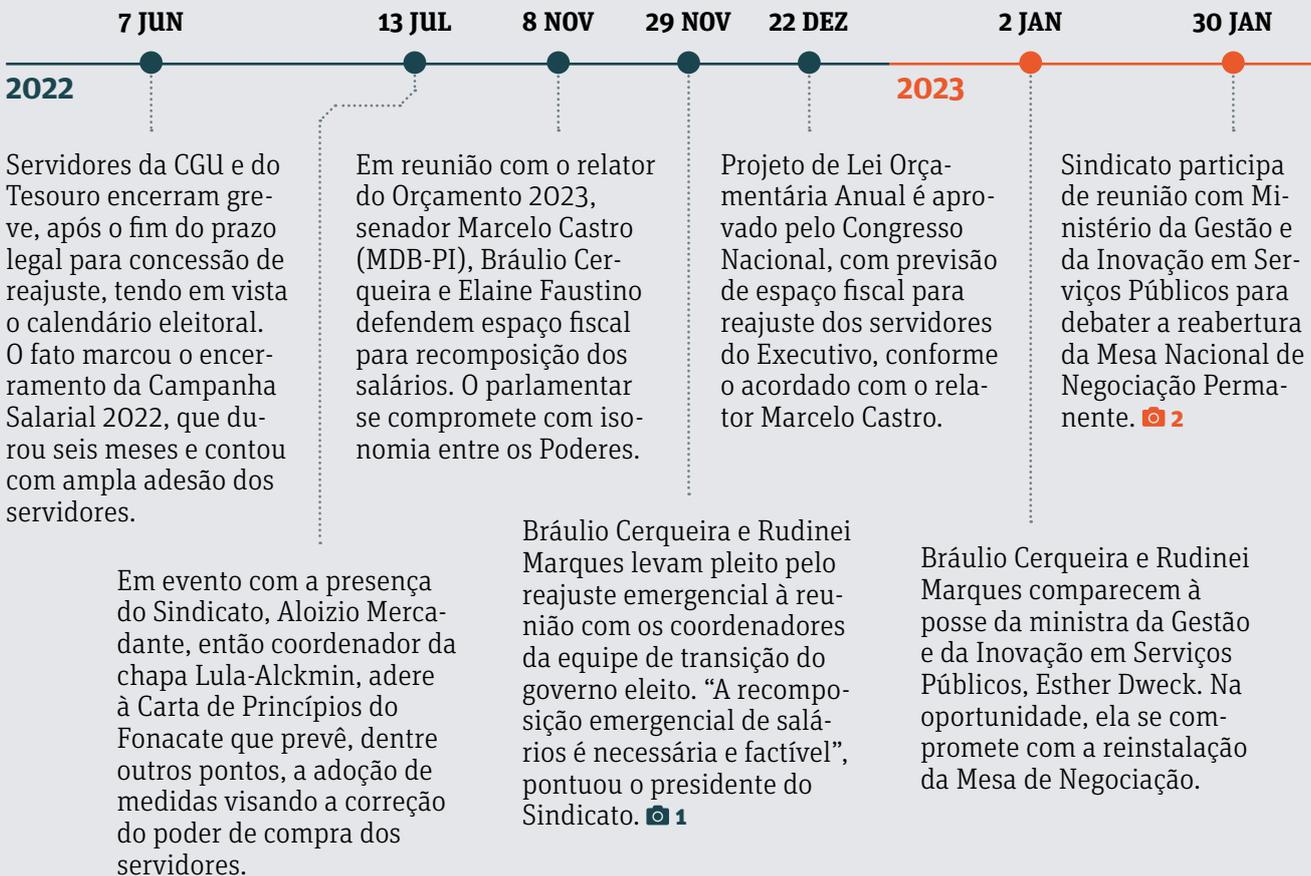
RECOMPOSIÇÃO SALARIAL JÁ

acesse **FONACATE.ORG.BR**

UNACON Sindical

FONACATE
Federação Nacional dos Peritos
e Peritos de Outras Atividades

LINHA DO TEMPO





7 FEV

16 FEV

24 FEV

28 FEV

7 MAR

24 MAR

2023

Sindicato participa de cerimônia de reinstalação da Mesa de Negociação, com a presença de oito ministros de Estado. Rudinei Marques apresenta a pauta conjunta e relembra os reveses sofridos pelos servidores nos anos de congelamento salarial. 3 e 4

Governo envia ao Unacon Sindical proposta de reajuste de 7,8% e correção do auxílio-alimentação.

De volta à Mesa de Negociação, Unacon Sindical cobra nova proposta do governo. “Esperamos que o governo faça um esforço um pouco maior em relação ao percentual de reajuste dos salários”, ressalta Marques na reunião. 6, 7 e 8

Sindicato firma acordo com MGI para reajuste dos salários e do auxílio-alimentação. “Marca a retomada do diálogo com o serviço público brasileiro, a retomada da civilidade nas relações do trabalho”, comemora Marques. 13 e 14

Na primeira rodada da Mesa de Negociação, o presidente do Unacon Sindical cobra urgência. “Só nos últimos quatro anos, a inflação corroe 30% do poder de compra dos servidores públicos federais. Precisamos encaminhar essa questão de forma célere.” 5

Unacon Sindical e demais afiliadas ao Fonacate apresentam contraproposta de 13,5%. “A proposta do governo foi bem-vinda, mas pode ser aperfeiçoada, pode avançar. Esse é nosso entendimento”, pondera Cerqueira.

Na terceira rodada de negociações, governo apresenta proposta de 8,4% de reajuste, recua, após pressão das entidades, e formaliza proposta de 9%, a partir de maio. Reajuste do auxílio-alimentação e demais itens, incluídos na oferta anterior, são mantidos. 9, 10, 11 e 12

Proposta de remuneração variável será levada pelo Sindicato à Mesa Setorial

Exigência de nível superior para Técnico, indenização para fixação de pessoal em locais de difícil provimento e recomposição das perdas acumuladas também constam na pauta prioritária

Com o reajuste emergencial endereçado, os esforços do Unacon Sindical se centram agora na pauta específica da carreira, que busca a valorização dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle e a correção de assimetrias remuneratórias com carreiras correlatas do Executivo federal. Com este intuito, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Sindicato levará à mesa de negociação setorial do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos uma proposta de remuneração variável, em complemento ao subsídio, nos termos aprovados em Assembleia, no dia 8 de fevereiro. A exigência de nível superior para ingresso no cargo de Técnico e a indenização para fixação de pessoal em locais de difícil provimento também serão pleiteadas nas negociações.

O presidente do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, explica a proposta de remuneração variável (Bônus de Eficiência e Produtividade). “Estamos propondo ao governo combinar o subsídio e a parcela variável de remuneração, atrelada a indicadores de desempenho dos nossos órgãos. Não temos dúvidas de que o arranjo proposto beneficia STN e CGU, que contariam com Programas de Produtividade próprios, e valoriza

os servidores”, considera, ao pontuar que a proposição “aperfeiçoa as experiências de bônus vigentes para contemplar adequadamente os ativos, em suas movimentações no serviço público federal, os aposentados e os pensionistas”.

Diretrizes da proposta

Diferente das experiências em vigor atualmente na Receita Federal e na Auditoria Fiscal do Trabalho (ainda pendentes de regulamentação), a proposta de bônus para a carreira de Finanças e Controle buscará a manutenção da remuneração por subsídio, uma vez que a compatibilidade já foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Outra inovação, é a fixação do percentual mínimo de 80% da rubrica para aposentados e pensionistas, e de 100% para aqueles com direito à integralidade e paridade. Os servidores ativos cedidos, ou seja, que realizam suas atividades em outros órgãos, também estariam amparados.

O valor global do Bônus de Eficiência e Produtividade será definido pelo Índice de Eficiência Institucional, mensurado anualmente por meio de indicadores de desempenho e metas, estabelecidos nos objetivos ou no planejamento estratégico da STN e da CGU.

“Estamos reiterando junto ao governo, e em todos os espaços de fala ocupados pelo Sindicato, que o desalinhamento remuneratório contra o Tesouro e a CGU precisa ser corrigido, em hipótese alguma ampliado. Agora, desenhamos uma proposição consistente e inteligente para avançar em uma solução”, conclui a diretora de Filiados do Sindicato, Elaine Faustino.

Itens em pauta

Além da correção da assimetria remuneratória, o Sindicato buscará, na negociação específica, a exigência de nível superior para o cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle. Este item, inclusive, já constou em acordo salarial firmado entre o Unacon Sindical e o governo Dilma, em 2015, tramitou no Congresso Nacional, mas foi alvo de veto pelo então presidente interino Michel Temer.

“O governo precisa cumprir os termos não honrados em acordos salariais anteriores”, destacou o secretário executivo do Sindicato, Rudinei Marques, no evento de reinstalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente, no dia 7 de fevereiro, ao se dirigir aos ministros de Estado presentes.

Outro item na pauta específica, é a indenização para fixação de pessoal em locais de difícil provimento. O objetivo é ampliar o alcance da Lei 12.855/2013, que, ao limitar a localização a municípios fronteiriços e excluir a carreira de Finanças e Controle, deixa de cumprir com a finalidade de reforçar a atuação estratégica do Estado na “prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços”.

Constam ainda entre as prioridades: a regulamentação da Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho (veja na página 13); a convocação de todos os aprovados no

Pauta específica da carreira de Finanças e Controle

A retomada das Mesas Setoriais no MGI constou no termo de acordo firmado em março. Agora, o Unacon Sindical se prepara para negociar itens prioritários para os Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle. Veja os itens em pauta:



Correção de assimetrias remuneratórias com carreiras correlatas do Executivo Federal, por meio da criação de um Bônus de Eficiência e Produtividade, em complemento ao subsídio;



Edição de lei para prever exigência de nível superior para ingresso no cargo de Técnico;



Instituição de indenização para fixação de pessoal em locais de difícil provimento;



Recomposição das perdas acumuladas, por meio de reposições nos próximos exercícios;



Convocação de todos os aprovados no último concurso da CGU;



Realização de novo concurso para o Tesouro;



Regulamentação da Convenção 151 da OIT.



último concurso da CGU; a realização de novo concurso para o Tesouro Nacional e a recomposição salarial com vistas aos próximos exercícios (2024, 2025 e 2026). De acordo com projeção do Unacon Sindical, mesmo com o reajuste emergencial de 9%, as perdas remuneratórias acumuladas ainda somam quase 30%.

Interlocução

A Diretoria Executiva Nacional (DEN) vem buscando pautar junto aos dirigentes da CGU e do Tesouro a necessidade de ações para valorização dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle, visando evitar, inclusive, o aumento da rotatividade na carreira.

No dia 17 de janeiro, a pauta prioritária foi apresentada ao secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Também participaram da agenda a secretária Adjunta, Viviane Vargas, a subsecretária de Assuntos Corporativos, Paula Bicudo, e a coordenadora de Desenvolvimento Institucional, Betânia Lemos. Uma semana depois, no dia 24, o pleito da carreira foi levado ao ministro da Controladoria-Geral da União, Vinícius Marques de Carvalho, em reunião que contou com a

participação da secretária-executiva, Vânia Lúcia Ribeiro Vieira, e do chefe de gabinete, Flávio Marques Prol. Nas ocasiões, os dirigentes demonstraram disposição para o diálogo.

A interlocução com o secretário do Tesouro foi retomada em nova agenda, no dia 10 de março. “É importante destacar que na STN e na CGU atuam servidores de alto nível, que desenvolvem atividades complexas e de grande impacto para a Administração como um todo. Aqui, na Fazenda, desempenhamos funções estratégicas para as finanças públicas, de imensa relevância para a macroeconomia, a estabilidade, o desenvolvimento inclusivo, para a população”, pontuou Bráulio Cerqueira na oportunidade.

O tema também voltou a ser tratado com a cúpula da CGU, no dia 31 de março, quando a DEN levou ao conhecimento da secretária-executiva o detalhamento da proposta de remuneração variável. ■

Dirigentes do Sindicato se reúnem com a cúpula da CGU

Unacon Sindical debate com o secretário do Tesouro valorização da carreira





RELAÇÕES DE TRABALHO

Negociação reacende debate sobre a regulamentação da Convenção 151 da OIT

Em cerimônia realizada no dia 24 de março, ministra da Gestão destacou que há “elementos para avançar”

Dez anos após a edição do Decreto que internaliza as ações para democratização das relações de trabalho no serviço público, a Convenção 151 da Organização Internacional (OIT), de 1978, segue pendente de regulamentação, mas, no que depender dos esforços do Unacon Sindical, em articulação com o Legislativo e a Administração, a matéria voltará à agenda de prioridades em 2023.

Esse foi um dos temas centrais do “Café com Parlamentares”, realizado pelo Fonacate, no dia 21 de março. Na ocasião, a deputada Érika Kokay (PT-DF) destacou que é hora de fazer mudanças estruturantes. “Essa negociação do reajuste emergencial foi a mais rápida da nossa história, mas precisamos ter na nossa legislação a obrigatoriedade das negociações permanentes, das negociações anuais”. Na mesma linha, o secretário exe-

cutivo do Unacon Sindical, Rudinei Marques, pondera que o congelamento salarial imposto nos últimos anos aos servidores só foi possível pelo vácuo legal, deixado pela falta de regulamentação da Convenção.

A negociação coletiva, com definição de uma data-base, como ocorre na iniciativa privada, é um dos pilares da Convenção 151 da OIT, que estabelece ainda previsões para garantia da liberdade sindical e trata do direito à greve no serviço público, já previsto na Constituição de 1988. Esses três itens formam o tripé fundamental da democracia na relação entre servidores e Estado. “Avançar nessa questão é fundamental para a garantia de direitos dos servidores públicos, trazendo parâmetros e criando um ambiente favorável para resolução de conflitos”, destaca Elaine Faustino, diretora de Filiados do Sindicato.

A urgência de encaminhar a questão é reconhecida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Pú-

blicos (MGI). “Precisamos regulamentar a Convenção 151 da OIT. Já começamos essa discussão. Temos muitos elementos, com esse processo agora, e acredito que será possível chegar a um consenso”, afirmou a ministra Esther Dweck, na cerimônia de celebração do acordo salarial, no dia 24 de março.

O tema também foi tratado em reunião com o advogado-geral da União, Jorge Messias, no dia 7 de março, da qual participaram o presidente, o secretário executivo e a diretora de Filiados do Unacon Sindical. Na oportunidade, o ministro sinalizou que é um bom momento para buscar a regulamentação da negociação coletiva e da data-base para o serviço público.

Além de constar na pauta conjunta do serviço público para 2023, visando uma articulação ampliada no Congresso Nacional, a regulamentação da Convenção 151 da OIT integra a pauta prioritária da carreira de Finanças e Controle e será cobrada na negociação na Mesa Setorial. ■

*Unacon
Sindical
participa de
reunião com
ministro da
AGU, Jorge
Messias*



**CORREIO
BRAZILIENSE**

9

AgênciaBrasil

8

ESTADÃO

8

CNN

5

FOLHA DE S. PAULO

4

METRÓPOLES

4

UNACON NA MÍDIA

Os dirigentes do Unacon Sindical subsidiaram mais de 160 reportagens sobre a negociação salarial dos servidores federais. Destaque para a entrevista ao portal Metrôpoles, em que o presidente Bráulio Cerqueira defendeu a majoração do percentual de reajuste. “Essa proposta está aquém das perdas dos últimos anos. O orçamento já reserva algo em torno de R\$ 11,2 bilhões para o aumento para o Executivo esse ano. Nós entendemos que esse percentual e o reajuste do auxílio-alimentação não ocupam integralmente esse espaço orçamentário”, afirmou o dirigente.

Também teve ampla repercussão a entrevista do secretário executivo do Unacon Sindical, Rudinei Marques, à Folha Press, agência de notícias da Folha de S. Paulo. “A gente não está se aventurando para além da disponibilidade orçamentária. Dá para avançar um pouco mais dependendo do cálculo”, argumentou, ao comentar as tratativas para elevação do percentual.



Atualize seu **Cadastro**

Veja como é fácil



1 Acesse o site **unacon.org.br**, clique em **“login”**, no menu superior, informe seu usuário e senha e clique em **“Acessar”** ou **“Primeiro Acesso”**, caso ainda não possua a senha.



2 Depois de inserir seus dados e acessar o menu, você será redirecionado, automaticamente, para a página de atualização de cadastro.



3 Confira seus dados. Caso haja alguma divergência, clique em **“Editar”**, informe o dado correto e clique em **“Salvar dados”**.



4 Pronto! Na tela, aparecerá a mensagem de verificação **“Salvo com sucesso”**.

Siga o Unacon nas redes sociais

Além de receber informações em primeira mão, ter acesso a registros exclusivos, você ainda pode ajudar no engajamento da entidade



@unaconsindical



/UnaconOficial



@unaconsindical

UNACON Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES E
TÉCNICOS FEDERAIS DE FINANÇAS E CONTROLE